

CONTRATO SOCIAL

Por este instrumento particular, **BRENO DE ASSIS OLIVEIRA**, brasileiro, Solteiro, engenheiro eletricista, nascido aos 21/07/1978 em Divinópolis /MG, residente e domiciliado à Rua Cardeal Stepinac, nº 451, aptº 303, Bairro Cidade Nova, cidade de Belo Horizonte/MG- CEP : 31.170-220 portador da CI nº : M-8.826.022 SSP/ MG e CPF: 034.240.316-82, e **FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO**, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, arquiteta e urbanista, nascida aos 11/08/1975 em Coronel Fabriciano / MG, residente e domiciliada à Rua Califórnia nº 768, aptº 802, Bairro Sion em Belo Horizonte/MG, CEP : 30.315-500 portadora da CI nº : M-8.014.357 SSP/MG e CPF: 029.913.186-60, resolvem constituir uma Sociedade Simples Limitada que, observadas as disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, será regida na forma do presente contrato social, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Denominação Social

A sociedade utilizará a denominação social de: **VIABILE PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA** e utilizará o nome de fantasia de: **VIABILE SOLUÇÃO EM PROJETOS**

Cláusula Segunda – Sede

A sociedade terá sede na Rua Domingos Vieira nº 587, sala 1104, Bairro Santa Efigênia em Belo Horizonte/MG, CEP: 30.150-240, não possuindo estabelecimentos, outras filiais, agências ou sucursais, podendo, entretanto, abrir quaisquer destes em qualquer parte do território nacional, mediante deliberação de três quartos do capital social.

Cláusula Terceira – Objeto Social

O objeto da sociedade será:

1. 1 : Gerenciamento, coordenação, gestão, consultoria, assessoria e execução de projetos e serviços em :

- Pesquisa e análise de alternativas locacionais;
- Estudos de viabilidade;
- Plano Diretor e Estratégico;
- Projetos Arquitetônicos;
- Projetos de Infra-Estrutura;
- Projetos complementares de fundações, estruturas, instalações hidro-sanitárias (água quente e fria, esgoto, águas pluviais e drenagem) de gás, de proteção e combate a incêndio, de coleta de lixo, instalações elétricas e telefônicas, subestações, lógica, cabeamento estruturado, conforto ambiental, acústico, sonorização e luminotécnica;
- Compatibilização e Integração de Projetos;
- Levantamento arquitetônico, urbanísticos, topográficos, de instalações e registro de desenhos "as-built";
- Projetos de desenhos técnico;
- Projetos de reforma, revitalização, restauração e adequação de edifícios;
- Projetos de lay-out, de arquitetura de interiores, de mobiliário e de equipamentos;
- Projetos de preservação de patrimônio ambiental e urbano;
- Análises de impacto ambiental, paisagístico, urbano e viário;
- Projetos de paisagismo;
- Projetos urbanísticos, de loteamentos, remembramento ou desmembramento de terrenos e similares, rezoneamento de propriedades;
- Assessorias para a produção de materiais promocionais e gráficos;
- Produção de cadernos de encargos, editais e memórias, para licitações públicas e privadas;





- Produção de relatórios técnicos e afins.

1.2 : Fiscalização e/ou gerenciamento da execução de serviços, instalações, obras de edificação realizadas por terceiros ou fiscalização técnica de construção e/ ou construtor e ou/ montador, fabricação e/ ou fabricante.

Cláusula Quarta – Administração

A administração da sociedade não poderá ser exercida por pessoas estranhas à sociedade, sendo neste ato nomeados administradores o sócios , **BRENO DE ASSIS OLIVEIRA e FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO** que assinam isoladamente pela empresa.

. *Parágrafo Primeiro* - O administrador nomeado exercerá seu mandato por tempo indeterminado, podendo ser destituído apenas pela unanimidade dos sócios.

. *Parágrafo Segundo* - O administrador poderá ainda renunciar ao cargo, tornando-se sua renúncia eficaz em relação à sociedade desde o momento em os sócios tomam conhecimento da comunicação escrita do renunciante, e, em relação a terceiros, após averbação e publicação no órgão competente.

. *Parágrafo Terceiro* – O uso da denominação social caberá exclusivamente ao administrador, respondendo este pela sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive perante instituições financeiras e de crédito, bancos, caixas econômicas e órgãos da administração pública, direta ou indireta, quer seja federal, estadual ou municipal, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas ou de economia mista, inclusive em atos que importem a alienação de bens do ativo permanente da sociedade, sendo, entretanto, vedado o uso da denominação social para objetivos estranhos à sociedade.

. *Parágrafo Quarto* – A sociedade poderá nomear *mandatários* ou *procuradores* com poderes expressos nos respectivos instrumentos, público ou particular, com prazo de duração determinado, salvo quanto aos mandatos judiciais, que serão outorgados com prazo indeterminado, com objetivo de gerir os atos da empresa.

. *Parágrafo Quinto* – Incumbirá ainda ao administrador a obrigação de apresentar ao término de cada exercício inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico, na forma estabelecida por leis especiais e nos artigos 1.179 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

. *Parágrafo Sexto* – As demonstrações financeiras de que trata o parágrafo anterior serão apresentadas aos sócios para aprovação na reunião ordinária de quotistas que se realizará nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, na forma deste instrumento.

. *Parágrafo Sétimo* – A forma de remuneração do administrador será deliberada pela sociedade em reunião ordinária, juntamente com a aprovação das contas sociais, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, ficando para o primeiro exercício estipulada uma remuneração mensal, a título de pró - labore, de R\$240,00 (duzentos e quarenta reais), que serão pagas em conformidade com a legislação previdenciária, comercial e tributária vigente. Fica estipulado que os sócios **BRENO DE ASSIS OLIVEIRA e FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO** terão direito à retirada de pró - labore.

Cláusula Quinta – Exercício Social

O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando em 1º de janeiro de cada ano e terminando em 31 de dezembro do mesmo ano.

Cláusula Sexta – Capital Social

O Capital social será de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), dividido em 30.000 (Trinta mil) quotas no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, indivisíveis em relação à sociedade, observadas as disposições legais em contrário, sendo subscrito e integralizado pelos sócios, neste ato, em moeda corrente do país, na forma seguinte:





BRENO DE ASSIS OLIVEIRA	50%	15.000 QUOTAS	R\$ 15.000,00
FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO	50%	15.000 QUOTAS	R\$ 15.000,00
TOTAL	100%	30.000 QUOTAS	R\$ 30.000,00

. Parágrafo único – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Sétima – Aumento e Redução de Capital

O capital social poderá ser aumentado ou reduzido com a modificação do contrato social, aprovada em reunião extraordinária de quotistas designada para este fim, por deliberação de sócios que representem no mínimo três quartos do capital social, observadas as disposições contidas em lei especial e nos artigos 1.081 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Cláusula Oitava – Alienação de Quotas

Os sócios poderão alienar suas quotas, total ou parcialmente, para outro sócio, independentemente de audiência dos demais sócios, sendo, todavia vedada a cessão parcial ou total de quotas para terceiros sem a anuência da totalidade dos demais sócios.

. *Parágrafo Primeiro* – A oferta de quotas para terceiros deverá ser comunicada aos demais sócios, por escrito, que terão um prazo de trinta dias para oposição, findo o qual poderá o sócio cedente operar livremente a alienação de suas quotas, ficando os sócios silentes obrigados à assinatura do respectivo instrumento de cessão.

. *Parágrafo Segundo* – Em qualquer caso, a alienação de quotas terá eficácia quanto à sociedade e terceiros, inclusive para os fins do parágrafo único do artigo 1.003 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a partir da averbação do respectivo instrumento de cessão, subscrito pelos sócios anuentes ou silentes no prazo de oposição.

Cláusula Nona – Distribuição do Resultado

A distribuição dos lucros ou das perdas será decida em reunião de quotistas designada para este fim, podendo ser o total ou parte dos lucros destinados à formação de Reservas de Lucros.

Poderá ainda a totalidade permanecer em Lucros Acumulados para futura destinação, devendo, em qualquer caso, ser observadas as normas do Regulamento de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas vigente e atender aos critérios estabelecidos pela Lei nº 10.406, de 15 de janeiro de 2002.

Cláusula Décima – Reunião e Deliberação dos Sócios

Os sócios reunir-se-ão por convocação do administrador ou por quaisquer de seus sócios, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, e, ordinariamente, nos quatro meses seguintes a data do encerramento do exercício social, podendo, em qualquer caso, serem representados por outro sócio ou por advogado com poderes especiais para deliberação.

. *Parágrafo Primeiro* – As reuniões dos sócios realizar-se-ão na sede da sociedade, com dia, hora e pauta previamente designadas e comunicada aos sócios com antecedência mínima de três dias, mediante carta registrada com aviso de recebimento, ou, ainda, em mãos próprias, sendo a falta de comunicação na forma deste parágrafo suprida pela presença da totalidade dos sócios na respectiva reunião, por si ou por seus procuradores.

. *Parágrafo Segundo* – De todas as deliberações serão lavradas atas no Livro Registro de Atas de Reunião de Quotistas que será mantido na sociedade.

. *Parágrafo Terceiro* – Dependem da deliberação dos sócios, além de outras previstas neste contrato, por unanimidade, a incorporação, a fusão, a dissolução da sociedade, a cessação do estado de liquidação, o pedido de concordata e a nomeação de liquidante.

III





Cláusula Décima Primeira – Prazo de Vigência

A sociedade fica constituída com a assinatura do presente instrumento, por prazo indeterminado.

Cláusula Décima Segunda – Dissolução

A sociedade será dissolvida em conformidade com o disposto nos artigos 1.033 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, não entrando em dissolução ou liquidação em caso de retirada, morte, falência ou incapacidade civil de qualquer dos sócios. Ocorrendo um desses eventos, os haveres do sócio que falecer, for declarado interdito ou falido ou que desejar se retirar da sociedade serão apurados em conformidade com balanço especial e pagos na forma da legislação vigente.

. *Parágrafo Primeiro* – No caso de morte ou decretação de incapacidade civil os sócios remanescentes poderão optar pela participação dos herdeiros na sociedade ou pelo pagamento aos mesmos dos haveres na forma desta cláusula.

. *Parágrafo Segundo* – Qualquer sócio poderá retirar-se da sociedade, a qualquer tempo, bastando para tanto avisar por escrito e com antecedência mínima de sessenta dias aos demais sócios, que providenciarão os pagamentos de seus haveres na forma do *caput* desta cláusula.

Cláusula Décima Terceira – Foro

Fica eleito pelos sócios o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimirem quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Cláusula Décima Quarta – Disposições Gerais

A sociedade será regida pelas disposições consolidadas no presente instrumento, pelas normas da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e, supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.


Cláusula Décima Quinta – Declaração

Declararam os sócios, sob as penas da lei, formal e expressamente, não estarem incursos em qualquer proibição prevista em lei para o exercício da atividade mercantil.

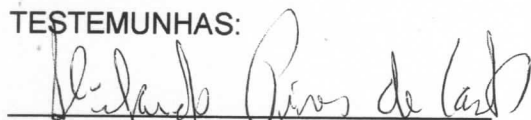
E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

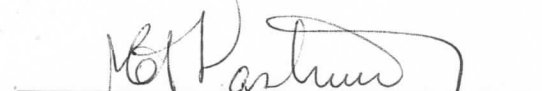
Belo Horizonte, 26 de maio 2004.


BRENO DE ASSIS OLIVEIRA
CPF: 034.240.316-82


FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO
CPF: 029.913.186-60

TESTEMUNHAS:


Abelardo Pires de Castro, brasileiro, casado
Rua: Elza Moreira, 56-Stº Rosa, BH/MG
CJ/M – M 1.822.757 CPF: 355.059.316-34


Mª Auxiliadora Pires de Castro, brasileira, solteira
Rua: Elza Moreira Lopes, 56-STª Rosa- BH/MG
CI M3.023.697 CPF: 455.641.676-00



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Oficial: Dr. José Nadi Néri

Av. Afonso Pena, 732 - 2º andar - Belo Horizonte - MG - Telefax: 3224-3878

VIABILE PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA.

REGISTRADO(A) sob o nº 116.991, no Livro A, em 31/05/2004.

Belo Horizonte, 31/05/2004. Escrevente Substituta: Ana Paula Néri Silveira

Emolumentos: R\$4,00 - Taxa Fiscalização: R\$1,36 - Total: R\$5,36

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878
www.cartoriopessoasjuridicas.com.br - cartrepcjuiat.com.br

Certifico que o presente documento foi REGISTRADO no Livro A sob o nº de ordem 116991 em 31/05/2004. Referido documento já sofreu alteração(ões), conforme averbação(ões), posterior(res), efetuada(s) nesta Serventia. Dou fé,

Belo Horizonte, 04.11.14

Emol: (6501-1) R\$ 13.04 TFJ: R\$ 4.88 Rec: R\$ 0.78 - Total: R\$ 18.70
(6502-9) R\$ 1.71 TFJ: R\$ 0.36 Rec: R\$ 0.09 - Total: R\$ 2.16

() José Nadi Néri - Oficial () Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escreventes: () Elidy Wesley Rodrigues Mendes () Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho

Selo de Fiscalização
CRS 25257

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878
www.cartoriopessoasjuridicas.com.br - cartrepcjuiat.com.br

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

SELO ELETRÔNICO Nº ACC56929
CÓD. SEG.: 2412.1871.9751.7147

Quantidade de Atos Praticados: 00004
Emol: R\$ 15.62 TFJ: R\$ 5.24 Total: R\$ 20.86
Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

() José Nadi Néri - Oficial () Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escreventes: () Elidy Wesley Rodrigues Mendes () Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho